



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
Resolução TC nº 147, de 01 de dezembro de 2021
ANEXO IX

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendações	Situação	Ações	Justificativa
Processo nº 181008671	Implementado	1- Aperfeiçoar dos métodos de previsão da receita, de forma que a previsão seja realista e coerente com a capacidade de arrecadação do Município	
Processo nº 181008671	Implementado	2- Evitar o envio de projeto de lei ao Poder Legislativo contendo autorização desarrazoada de abertura de créditos adicionais, que acabam por afastar o Legislativo do processo de autorização de significativas mudanças no orçamento municipal ao longo de sua execução	
Processo nº 181008671	Implementado	3 - Quando da elaboração da Programação Financeira e Cronograma de Desembolsos, que sejam levados em consideração a sazonalidade de suas receitas e despesas, adequando os instrumentos de planejamento à realidade Municipal, e que sejam especificadas as medidas relativas à quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários	
Processo nº 181008671	Implementado Parcialmente	4 - Atentar para a arrecadação das receitas do Município, em especial as receitas da COSIP, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública	
Processo nº 181008671	Implementado	5 - Adotar controles da despesa por fonte/aplicação de recursos mais eficiente, a fim de evitar situação de deficit financeiro motivado por descontrole contábil de fontes/aplicação de recursos	



Processo nº 181008671	Implementado	Ativa sejam classificados adequadamente, de acordo com a expectativa de sua realização, e que as notas explicativas do Balanço Patrimonial evidenciem os critérios que fundamentaram seus registros no Ativo Circulante	
Processo nº 181008671	Implementado	7 - Adotar todas as medidas legais necessárias à recondução dos gastos com pessoal aos limites impostos pela Lei Complementar nº 101/2000	
Processo nº 181008671	Implementado	8 - Que o gestor municipal que se abstenha de empregar recursos do FUNDEB para o pagamento de despesas inscritas em restos a pagar sem lastro financeiro	
Processo nº 191002811	Implementado	1 -Atentar para o envio correto dos documentos da prestação de contas, nos termos estabelecidos por este Tribunal, em especial, ao envio integral da LOA e seus anexos	
Processo nº 191002811	Implementado	Legislativo contendo autorização desarrazoada de abertura de créditos adicionais, que acabam por afastar o Legislativo do processo de autorização de significativas mudanças no orçamento municipal ao	
Processo nº 191002811	Implementado	Financeira e Cronograma de Desembolsos, que sejam levados em consideração a sazonalidade de suas receitas e despesas, adequando os instrumentos de planejamento à realidade Municipal, e que sejam especificadas as	
Processo nº 191002811	Implementado	4 - Abster-se de abrir créditos adicionais especiais sem a respectiva autorização legislativa exigida legalmente	
Processo nº 191002811	Implementado Parcialmente	5 - Atentar para a arrecadação das receitas do Município, em especial as receitas da COSIP, Contribuição para Custeio de Iluminação Pública	



Processo nº 191002811	Implementado Parcialmente	dificuldades que estão levando a um baixo índice de arrecadação das receitas próprias, estabelecendo medidas capazes de promover o desenvolvimento econômico e social local e aumentar a receita do	
Processo nº 191002811	Implementado	de recursos mais eficiente, a fim de evitar situação de déficit orçamentário motivado por descontrole contábil de fontes/aplicação de recursos, bem como a inscrição de restos a pagar sem a respectiva	
Processo nº 191002811	Implementado	fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, especialmente em relação aos recursos do FUNDEB, evitando, assim, contrair	
Processo nº 191002811	Implementado	9 - Apresentar notas explicativas do Balanço Patrimonial que evidenciem os critérios que fundamentaram o registro dos créditos da Dívida Ativa no Ativo Circulante e/ou no Ativo Não Circulante	
Processo nº 191002811	Implementado	10 - Apresentar notas explicativas do Balanço Patrimonial que esclareçam sobre o montante das provisões matemáticas previdenciárias lançadas no Passivo	
Processo nº 191002811	Implementado	11 - Buscar atender ao limite de gastos com pessoal previsto na LRF, e quando este for ultrapassado, envidar esforços para que o retorno ao limite ocorra dentro do prazo legal	
Processo nº 191002811	Implementado	12 - Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos da educação, de modo garantir o atendimento do limite de 25% na manutenção e desenvolvimento do ensino, visto se tratar de política pública essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios	



Processo nº 191002811	Implementado	13 - Avaliar os motivos que levaram as despesas previdenciárias a um patamar bem superior ao previsto pelo atuário, de modo a evitar futuros deficits financeiros que possam impactar novamente as reservas atuariais do RPPS	
Processo nº 191002811	Implementado	14 - Atentar, na próxima avaliação atuarial, para o correto valor do Ativo Real Líquido do RPPS, de modo a se obter o correto resultado atuarial	
Processo nº 191002811	Implementado	suplementar ou aportes periódicos deve ser considerada a capacidade orçamentária e financeira do ente federativo de modo a projetar alíquotas que visem resolver o deficit já a partir do exercício seguinte, sem	
Processo nº 191002811	Implementado	Município, de modo a disponibilizar integralmente para a sociedade o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei Complementar nº 131/2009, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal	
Processo nº 191002811	Implementado	discriminadamente, os recursos e aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) e nas ações e serviços públicos de saúde (ASPS), visando a facilitar a identificação dos seus respectivos ingressos e	
Processo nº 201002899	Implementado	abertura de créditos adicionais diretamente pelo Poder Executivo através de decreto, sem a inclusão de dispositivo inapropriado que amplia o limite estabelecido, de forma a não descaracterizar a LOA	
Processo nº 201002899	Implementado	02 - Retificar o texto das Leis Orçamentárias futuras para que não repitam o erro de autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica	



Processo n° 201002899	Implementado	fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, evitando, assim, contrair obrigações sem lastro financeiro, de modo a preservar o	
Processo n° 201002899	Implementado	do deficit atuarial do RPPS, a fim de assegurar o equilíbrio do regime próprio. Caso o plano de amortização não seja viável, a gestão municipal deverá estudar a necessidade de segregar a massa de segurados.	
Processo n° 201002899	Implementado Parcialmente	situação dos parcelamentos de dívidas para com o RPPS municipal, de modo a registrar, naquela Secretaria, o cumprimento dos Acordos n° 00042/2008 e n° 0008/2011, se for este o caso, ou colocar em dia os	

